RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS AUTISTAS E A INCLUSÃO SOCIAL

THE LEARNING PROCESS OF AUTISTIC CHILDREN AND SOCIAL INCLUSION

EL PROCESO DE APRENDIZAJE DE LOS NIÑOS AUTISTAS Y LA INCLUSIÓN SOCIAL

Luciana Menezes de Almeida[1]; Thatiana Soares dos Santos[2]; Angela dos Santos Sousa Alves [3]; Dayana dos Santos Sousa[4]; Gisele da Conceição Tavares Vargas de Siqueira[5]; Jaqueline Flávia Rodrigues da Cunha França[6]; Renata Cristina da Conceição Barros[7]; Verônica Cristina Pinto de Amorim[8]; Alequexandre Galvez de Andrade[9]

e371687
https://doi.org/10.47820/recima21.v3i7.1687

PUBLICADO: 07/2022

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever os desafios para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfatizando dificuldades, características, comportamentos, relações sociais e inclusão. O autismo é descrito como uma síndrome do desenvolvimento que se manifesta normalmente em crianças, podendo variar do leve ao mais severo. A Lei 12.764/2012 garante o direito da pessoa com TEA em obter atendimento adequado no ensino regular, por isso é imprescindível assegurar sua inclusão. O estudo se constitui em uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e dialético. Os resultados indicam que as crianças com autismo possuem habilidades técnicas, porém necessitam de metodologias diferentes para que possam adquirir as habilidades sociais, sublinha-se que o foco da educação especial não pode estar centrado nas atividades, mas nos aspectos pedagógicos, atividades diferentes para as crianças autistas podem conduzir a exclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Aprendizagem. Inclusão.

ABSTRACT

This article aims to describe the challenges for the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), emphasizing difficulties, characteristics, behaviors, social relationships and inclusion. Autism is described as a developmental syndrome that usually manifests itself in children, ranging from mild to more severe. Law 12.764/2012 guarantees the right of the person with ASD to obtain adequate care in regular education, so it is essential to ensure its inclusion. The study is a bibliographic research, qualitative and dialectical in nature. The results indicate that children with autism have technical skills but need different methodologies so that they can acquire social skills, it is stressed that the focus of special education cannot be centered on activities, but in pedagogical aspects, different activities for autistic children can lead to exclusion.

KEYWORDS: *Autism. Apprenticeship. Inclusion.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo describir los desafíos para la inclusión de los niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA), enfatizando las dificultades, características, comportamientos, relaciones sociales e inclusión. El autismo se describe como un síndrome del desarrollo que generalmente se manifiesta en los niños, que va de leve a más grave. La Ley 12.764/2012 garantiza el derecho de la persona con TEA a obtener una atención adecuada en la educación regular, por lo que es

[1] Mestranda em Educação pela Universidad Columbia del Paraguay - UCP
[2] Mestranda em Educação pela Universidad Columbia del Paraguay - UCP
[3] Mestranda em Educação pela Universidad Columbia del Paraguay - UCP
[4] Mestranda em Educação pela Universidad Columbia del Paraguay - UCP
[5] Mestranda em Educação pela Universidad Columbia del Paraguay - UCP
[6] Mestranda em Educação pela Universidad Columbia del Paraguay - UCP
[7] Mestranda em Educação pela Universidad Columbia del Paraguay - UCP
[8] Mestranda em Educação pela Universidad Columbia del Paraguay - UCP
[9] Doutor em Administração e Professor no Instituto Federal de São Paulo - IFSP

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

fundamental asegurar su inclusión. El estudio es una investigación bibliográfica, cualitativa y dialéctica. Los resultados indican que los niños con autismo tienen habilidades técnicas, pero necesitan diferentes metodologías para que puedan adquirir habilidades sociales, se destaca que el enfoque de la educación especial no puede centrarse en las actividades, sino que en aspectos pedagógicos, las diferentes actividades para niños autistas pueden llevar a la exclusión.

***PALABRAS CLAVE**: Autismo. Aprendizaje. Inclusión.*

INTRODUÇÃO

Para Santos C, Santos H e Santana (2012, p. 2) “O autismo é definido como um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde muito cedo, tipicamente antes dos três anos de idade”, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. O termo autismo é derivado da terminologia grega “*autós*”, significando “de si mesmo”.

Em 1943, foi especificado o conceito do Autismo, por Leo Kanner, Psiquiatra, o qual publicou a obra que associou seu nome ao termo: “*Autistic disturbances of affective contact*”. Nela, descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação da mesmice, denominando-as de “autistas” (KANNER, 1943).

Sendo assim, constituiu como uma doença da linha das psicoses, caracterizada por prejuízos na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. As crianças, segundo Kanner (1943), vivem em um universo próprio ao mesmo tempo em que mantém uma relação inteligente com objetos e apresentam memória acima do normal.

Neste contexto, o estudo emerge diante do momento histórico que o Brasil vive, com as políticas implementadas pelo Governo Federal, em termos de acesso à educação. Documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (JOMTIEN, 1990) e a Declaração de Salamanca (1994) foram incorporados de modo a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Nestas discussões, a declaração mundial sobre educação para todos (JOMTIEN,1990) também emerge com estratégias que objetivam a garantia de uma educação para todos, “além de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem” (SOUZA; KERBAUY, 2018, p. 667).

Nesta conjuntura, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva (PNEE) da Educação Inclusiva busca assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular; reconhece a transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; assegura o atendimento educacional especializado; a formação de professores e especialização de demais profissionais da educação a fim de promover o atendimento especializado; acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações, informação e outras. Vale destacar que a Lei Berenice Piana, instituída em 2012, definiu as diversas necessidades das crianças (BRASIL, 2012).

Seguindo a educação inclusiva para o desenvolvimento educacional de alunos autistas, é

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

fundamental compreender que Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno invasivo do desenvolvimento que de acordo com o manual de diagnóstico estatístico de transtornos mentais, da Associação Americana de Psiquiatria, pode acometer o indivíduo em várias áreas do funcionamento, como habilidades de interação social recíproca, comunicação e atividades estereotipadas (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2002).

Desse modo, é importante salientar que a educação inclusiva na década de 1990 apresentou inúmeras mudanças na política educacional brasileira quando iniciou o movimento inclusivo escolar, resultando em novas perspectivas na educação especial (BATTISTI; HECK, 2015).

Atualmente, a inclusão constitui-se por um conjunto de estratégicas metodológicas que buscam o atendimento em espaço regular de ensino, priorizando alunos com algum tipo de deficiência intelectual e/ou necessidades educacionais especiais.

No geral, a busca por privilegiar o desenvolvimento de potencialidades se volta para dar novo significado à aprendizagem dos alunos, independentemente de condições prévias e considerando suas condições específicas (ALBUQUERQUE; MARTINEZ, 2012).

Fernandes (2016) assegura que as terminologias que definem a educação inclusiva têm avançado ao destacar a importância de um ensino de qualidade e das condições de permanência para os estudantes. Tal compreensão é fruto de um extenso processo histórico que abarca o conceito e práticas de inclusão nos últimos vinte anos. “O desafio que confronta a escola inclusiva diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de educar com sucesso, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas” (DAZZANI, 2010, p. 365).

METODOLOGIA

Para fundamentação da investigação, buscaram-se como referência bibliográfica artigos científicos encontrados no banco de dados do Google Acadêmico, Scielo e livros sobre o tema proposto, com publicações entre 1996 e 2019. Os artigos foram selecionados através de leitura de títulos e posteriormente através de uma leitura crítica e reflexão sobre o assunto, a fim de eliminar os artigos não condizentes com o objetivo do trabalho.

Diante disso, o estudo foi construído por meio de pesquisa bibliográfica com revisão da literatura, que para Lakatos e Marconi (2003, p. 248): “consiste em uma síntese, a mais completa possível, referente ao trabalho e aos dados pertinentes ao tema, dentro de uma sequência lógica.” Desta forma, possibilitou aos pesquisadores contatarem direta e indiretamente com fontes de conhecimentos legitimados cientificamente.

Portanto, a pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa de natureza básica. Segundo Gil (1999, p. 42) “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas”. Quanto aos objetivos, trata-se do método dialético, que segundo Silva (2020, p. 521):

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

> Marx explica que, dialeticamente, no método por ele proposto dois procedimentos metodológicos básicos de pesquisa se articulam: a investigação e a exposição. A investigação apropria-se da matéria, analisando seus detalhes, nexos e formas de desenvolvimento. A exposição se efetiva depois que o trabalho for concluído e evidenciar condições de ser apresentado. Mas o essencial neste processo é o que Marx diz: a exposição deve ser tão clara, "refletindo idealmente a vida da matéria investigada" que pode parecer uma construção a priori.

Ainda conforme a autora supracitada, a exposição tem como princípio expor as teorias prontas sobre determinado assunto, contudo pode-se utilizar as propriedades do método dialético para se relacionar com a realidade. Neste sentido, quando se analisa uma bibliografia expondo-a e relacionando com outros autores, busca-se um maior contato com a matéria que pode ser explicada inclusive pela lógica informal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O termo autismo foi usado primeiramente pelo psiquiatra Eugen Bleuler em 1908. Usou-o para descrever um paciente esquizofrênico que se retirasse em seu próprio mundo.

Os pioneiros na pesquisa no autismo foram Hans Asperger e Leão Kanner que estavam trabalhando separados nos anos 40. Asperger descreveu crianças muito capazes quando Kanner descreveu as crianças que eram severamente afetadas. Suas opiniões permaneceram úteis para médicos para as próximas três décadas.

Fazendo uma cronologia histórica do autismo baseada em Lara (2012), Ferreira (2018), Goldberg (2005) e Póvoas (2022).

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Quadro 1: Cronologia dos Principais aspectos Históricos do Autismo

Cronologia	Evento Histórico
1908	O pioneiro foi Eugen Bleuler que inventou a palavra "autismo" em 1908, que eram confundidos com pacientes esquizofrênicos, por serem retraídos.
1943	O Leão americano Kanner, o psiquiatra da criança estudou 11 crianças. Os resultados indicam que houve dificuldades em interações sociais, problemas com mudança de rotinas, a dificuldade na adaptação às mudanças nas rotinas, mas com bom potencial intelectual.
1944	Hans Asperger estudou um grupo de crianças. Suas crianças igualmente assemelharam-se às descrições de Kanner, mencionando características como dificuldade de organização, diferentes das demais.
1964	O Rimland de Bernard era psicólogo e um pai de uma criança com autismo. Discordou do Bettelheim quanto indicou que a causa do autismo do seu filho era devido a sua ou às habilidades de parentes da sua esposa. Em 1964, o Rimland de Bernard publicou "*autismo infantil: A síndrome e suas implicações para uma teoria neural do comportamento"*;
1966	O primeiro estudo epidemiológico sobre autismo foi realizado em 1966 na Inglaterra, por Lotter, que encontrou uma taxa de 4,1 para 10.000 crianças entre 8 e 10 anos (Póvoas, 2022, p.1).
Década de 70	A fundação Érica começou a educação e a terapia para crianças dementes no início dos anos 80. Muitos pais relacionavam o autismo com o atraso mental e a psicose; em 1980 o trabalho de Asperger foi traduzido para o inglês e publicado. Acreditava-se que *parenting* não tinha nenhum papel na causa do autismo e havia alguns distúrbios neurológicos e outras doenças genéticas como a esclerose tuberosa e distúrbios metabólicos como PKU.
1979	Desde Rutter (1979), o autismo tem sido definido como uma síndrome comportamental oriunda de um quadro orgânico.
Anos 80	A asa de Lorna, junto com Christopher Gillberg em BNK (a clínica neuropsiquiátrica das crianças), encontrou a tríade da asa do contato e comunicação perturbados e a imaginação limitada.
1981	Ivar Velho Lovaas estudou e promoveu a análise comportável e o tratamento das crianças com autismo. Em 2002, Lovaas escreveu, "*ensinando indivíduos com atrasos desenvolventes: Técnicas básicas da intervenção";* um dos aspectos que trabalhou com crianças menores de 5 anos foi a intensidade das terapias.
1988	Wing (1988) introduziu o conceito de "espectro autista", concebendo o autismo como um complexo sintomatológico, ocorrendo num *continuum*, dependendo do comprometimento cognitivo. A autora propôs a existência de uma "tríade de transtornos da interação social" (Goldberg, 2005, p.3)

Fonte: Baseado nos Trabalhos de evolução histórica do autismo de Lara (2012), Ferreira (2018), Goldberg (2005) e Póvoas (2022)

Conforme o Quadro 1, em 1908 o autismo era visto como esquizofrenia, a partir de 1943 observa-se o autismo como a dificuldade em interações sociais, em 1964 Rimland que era pai de uma criança autista, identificou questões mais biológicas que propriamente emocionais, desconstruindo a culpabilidade das famílias por ter filhos autistas. Mesmo na década de 70, ainda há uma dificuldade da família e da sociedade em compreenderem o autismo, retornando aos pensamentos de 1908, relacionando-o a demência principalmente, somente em 1988 o conceito de espectro autista foi incorporado pela sociedade como um complexo sintomatológico, ou seja, um conjunto de sintomas a serem observados. Do ponto de vista da ciência, o autismo é algo recente e que está em construção nas diversas áreas, como por exemplo na própria educação.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

No Brasil, em 18 de julho de 2019, foi sancionada a lei 13.861/19 (BRASIL, 2019). Inclui no censo do IBGE levantamento estatístico sobre o autismo, com essa lei será possível identificar o número de pessoas com autismo.

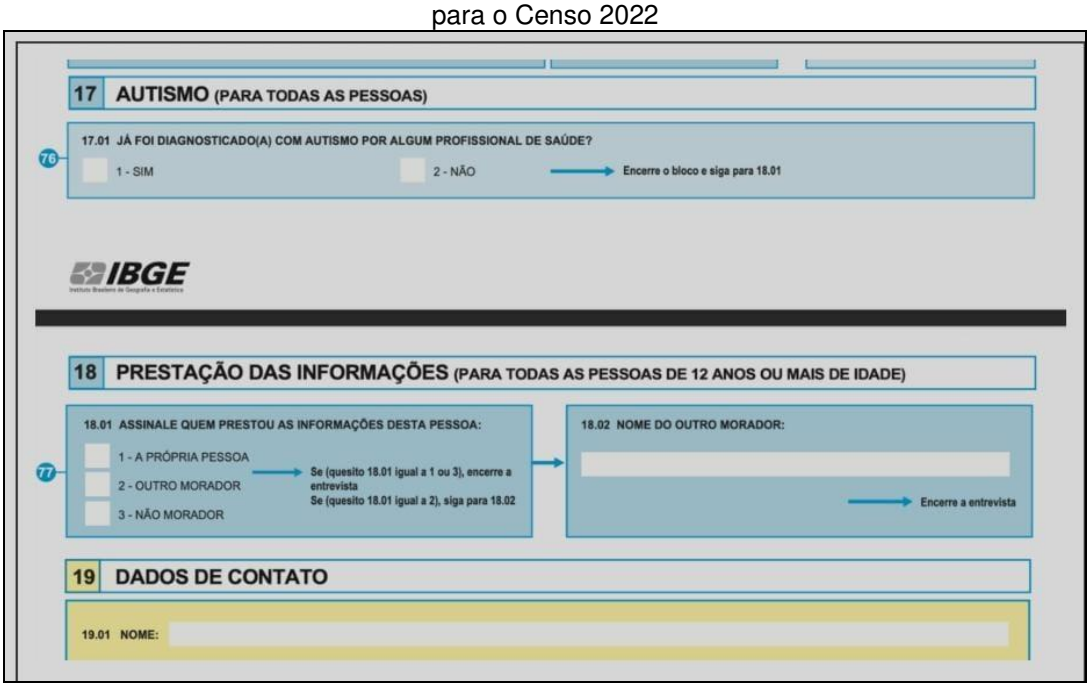
A estimativa da OMS é que existam 70 milhões de pessoas no mundo com autismo, sendo que se encontram 2 milhões delas no Brasil.

O IBGE incluiu pergunta sobre autismo no questionário do Censo 2022, que começará em junho e terminará em agosto de 2022, período que os recenseadores visitarão todos os domicílios do Brasil. Segundo o IBGE, “Os resultados serão divulgados entre os anos de 2022 e 2025 em diferentes mídias, múltiplos formatos e em diversos recortes espaciais, buscando atender às demandas dos variados segmentos do público” (PAIVA JR, 2022).

No Censo de 2022, a pergunta sobre o autismo consta no questionário. Isto demonstra que o espectro autista, por ser um complexo sintomatológico, desnuda suas características e aperfeiçoa seu processo de compreensão por parte da sociedade e da família. Segundo Baron-Cohen (2013, p. 45) “Genes que contribuem para o autismo podem se sobrepor a genes para a habilidade exclusivamente humana de entender como o mundo funciona em detalhes”, ainda o autor supracitado identifica que os genes que contribuem para a doença estão ligados a aptidões técnicas.

Ainda para Baron-Cohen (2013, p.44), em um teste de correlação entre autismo e matemática, por meio de 50 itens, identificou que vencedores das Olimpíadas de Matemática na Grã-Bretanha pontuam muito acima de pessoas “normais”, isto indica o alento matemático associado ao autismo. A figura 1 apresenta a tela em que é realizada a pergunta sobre o autismo.

Figura 1: Trecho do Questionário Amostra do IBGE que se encontra a pergunta a respeito de autismo para o Censo 2022


17 AUTISMO (PARA TODAS AS PESSOAS)

76 17.01 JÁ FOI DIAGNOSTICADO(A) COM AUTISMO POR ALGUM PROFISSIONAL DE SAÚDE?
1 - SIM
2 - NÃO → Encerre o bloco e siga para 18.01

IBGE

18 PRESTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES (PARA TODAS AS PESSOAS DE 12 ANOS OU MAIS DE IDADE)

77 18.01 ASSINALE QUEM PRESTOU AS INFORMAÇÕES DESTA PESSOA:
1 - A PRÓPRIA PESSOA
2 - OUTRO MORADOR
3 - NÃO MORADOR
→ Se (quesito 18.01 igual a 1 ou 3), encerre a entrevista
Se (quesito 18.01 igual a 2), siga para 18.02

18.02 NOME DO OUTRO MORADOR:
→ Encerre a entrevista

19 DADOS DE CONTATO

19.01 NOME:

Fonte: Prefeitura de Santo Antônio de Posse/SP (2022)

Esta pergunta remete a importância de políticas públicas para pessoas com TEA.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O documento Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação (BRASIL, 2008, p. 6), aponta que

> "A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola"

Trata-se de uma política que aborda a classificação de alunos e o valor da diversidade e destaca que:

> As definições do público-alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos 10 que promovam a aprendizagem de todos os alunos (BRASIL, 2008).

Neste sentido, cabe destacar que a inclusão escolar oportuniza a revisão das práticas escolares excludentes, que cercam a sociedade historicamente.

Quando se escolhe ser professor não se tem em mente a diversidade de alunos que se encontra em sala de aula, o professor se depara com uma turma que no mínimo 90% necessitam de atenção constantemente, tanto nos aspectos emocionais, motores ou educacionais (JÓIA, 2018, p. 44).

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS AUTISTAS (TEA)

A educação é direito fundamental, garantido constitucionalmente, que dá aos cidadãos o acesso a todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida.

Quando se fala em direitos humanos, pouco se traz à lembrança da criança com necessidades específicas, porque é atribuída com ênfase que elas sempre estão no lugar errado e que sempre dão trabalho. As leis do Estado não as entendem como as sendo iguais.

Faz-se necessário entender que as pessoas com deficiência autista fazem parte da sociedade e necessitam se sentirem acolhidos por ela. O diagnóstico é lento, por diversos aspectos, seja negação dos responsáveis ou falta de profissionais na rede pública de saúde.

A escola não pode recusar as crianças especiais, mas sim capacitar a equipe. O docente precisa estar preparado, saber o que é autismo, conhecer bem esse transtorno, que em si possui intensidade leve, moderada e severa.

De acordo com a intensidade, a conduta escolar será totalmente diferente, do ponto de vista institucional, do currículo, preparo, direção e área pedagógica. O trabalho deve ser de comum acordo com a equipe multidisciplinar em prol de um bom desenvolvimento escolar. Oferecer o melhor,

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

auxiliar o docente para intervir de acordo com as necessidades de cada ser, trabalhar o aspecto de desenvolvimento, compartilhar experiências sociais e a reciprocidade com o outro. O ambiente precisa ser estruturado, ter cuidado com o barulho excessivo, a criança deverá chegar mais cedo para adaptar-se ao barulho.

As características do TEA são diversas, tais como: distúrbio do relacionamento, fala, linguagem, ritmo do desenvolvimento, comportamento repetitivo, *déficit* de atenção, interação social e empatia. Logo, é necessário ajudar a criança a iniciar, dar continuidade e a finalizar as atividades propostas que demandam regras, rotinas e etapas. Ela precisa ser bem avaliada no processo de linguagem, no ponto de vista neuropsicológico, para compreensão e planejamento das atividades que precisam ser trabalhadas. Pois, o autismo apresenta significativos *déficits* nos contextos de linguagem, interação social, contextual, desestruturação e, em alguns casos, dificuldades para aprender a ler, escrever e calcular.

Portanto, todo esforço curricular precisa ser centralizado na característica individual de cada criança com autismo. Não há modelo, cada criança precisa de um currículo. No entanto, elas aprendem melhor pelo visual, concreto, por uma aprendizagem sem erro, linguagem direta, objetiva. Utilizar o que o autista mais gosta, os seus assuntos, objetos e interesses e, a partir disso, entrar com o pedagógico. O processo de aprendizagem demanda tempo. Por isso, são necessários perseverança e resiliência, já que o seu tempo é diferente e deve ser respeitado. Os não verbais precisam de figuras, do concreto, comunicação não verbal e, dependendo do grau, a criança precisará de um professor de apoio que lhe dê atenção especial aprofundada e individual.

As crianças com espectro autismo apresentam padrões estereotipados de comportamentos, elas utilizam brinquedos de maneira diferente de outras crianças. Costumam brincar enfileirando os carrinhos, fazendo girar suas rodas de forma prolongadas, ou fazendo com eles torres perfeitas. Algumas crianças autistas já se destacam em montar quebra cabeça, quando a brincadeira se desenvolve ela é repetitiva, monótona sem as características do brincar espontâneo.

Para Barberini (2016), é preciso um conjunto de práticas pedagógicas diferenciadas para os autistas, em seu estudo observou que os professores têm dificuldade em adaptar suas metodologias para atender crianças com o espectro autista, desenvolvendo atividades diferentes, embora disponíveis a todos, neste ponto surge um debate complexo, ao direcionar para a atividade perde-se o conceito de inclusão. Destaca-se que uma atividade diferente em bases metodológicas não ativas, reproduzirá a exclusão, assim como uma atividade diferente em uma metodologia ativa criará uma segregação entre os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou descrever os desafios para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no sentido de o autismo ser estipulado como um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde muito cedo, tipicamente antes

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. Abordou-se que o termo autismo é derivado da terminologia grega "*autós*", significando "de si mesmo".

As crianças autistas, antigamente ficavam escondidas, isoladas do mundo, ou melhor, no seio familiar, mas com a nova realidade tem aumentado o número de alunos nas Instituições de Ensino. Logo, tratou-se também da perspectiva da Legislação que aborda a educação de crianças especiais em escolas especializadas. Entretanto, ao incluir esses sujeitos na educação regular, a escola precisa rever as práticas pedagógicas para o atendimento às necessidades dos sujeitos.

É necessário, portanto, investimento na formação inicial e continuada dos professores, processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários às atividades dos educadores, para assegurar um ensino de qualidade, melhorar as práticas pedagógicas e auxiliar as crianças na construção de conhecimentos das salas de aula.

A inclusão educacional ainda está longe de seguir os parâmetros exigidos pela Constituição Federal. Em todos os aspectos, faz-se necessário fomentar novas pesquisas no tema para que ganhe maior visibilidade, e para que haja maiores investimentos na educação especial, inclusiva, preparação e, sobretudo, interesse dos profissionais, de modo que coloquem em prática uma educação inclusiva e de qualidade.

No processo de aprendizagem, o docente, a direção e o professor de apoio devem trabalhar o aspecto de desenvolvimento, ajudá-los a ter reciprocidade, conhecer as características individuais, elaborar currículos adaptados para alunos com necessidades educativas especiais, trabalhar a desestruturação da linguagem, através do visual, do concreto e por uma metodologia de aprendizagem sem erro, direta, sem metáforas, valorizando os objetos preferenciais, assuntos e as bagagens que levam de casa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. P.; MARTÍNEZ, A. M. Inclusão escolar e subjetividade social da escola: relações e possibilidades. *In:* BRANCO, A. U.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. (Eds.). **Diversidade e cultura da paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012. p.185-212.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – (DSM- IVTR.).** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARBERINI, K. Y. A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 46-55, jun. 2016.

BARON-COHEN, S. Autismo e a mente técnica. **Scientific American**, v. 54, ago./set. 2013.

BATTISTI, Aline Vasconcelos; HECK, Giomar Maria Poletto. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica**: teoria e prática. 2015. Monografia (Bacharel) - Universidade Federal

da Fronteira do Sul, Erechim, 2015. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1251. Acesso em 01.05.22

BRASIL. **Lei Nº 12.764 de 2012**. Política nacional de proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro do autismo. Brasília: MEC/SEESP, 2012.

BRASIL. **LEI Nº 13.861, de 8 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Brasília: Casa Civil, 2019.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva Brasília, Df.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2008.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A psicologia escolar e a educação inclusiva: uma leitura crítica. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 362-375, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca-Espanha: [s. n.], 1994.

FERNANDES, A. L. M. **O Papel da música no currículo funcional do ensino de ciências para alunos com autismo**: formação continuada. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado profissional em ensino de ciências) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2016.

FERREIRA, L. B. P. Um percurso sobre o autismo: história, clínica e perspectivas. **Cad Deligny**, v. 1, n. 1, p. 110-9, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDBERG, K. Autismo: Uma Perspectiva Histórico-Evolutiva. **Revista de Ciências Humanas e Educação**, v. 6, n. 6, p. 181-196, 2005. Doi:10.31512/Pch.V6i6.263

JÓIA, M. A **Inclusão de crianças na escola:** o papel do educador diante das dificuldades de aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

JOMTIEN. **Declaração Mundial sobre educação para todos (Conferência de Jomtien)** Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br.pi/files/declaracao%20%20jomtien%20%20tailandia.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, v. 2, p. 217-250, 1943.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARA, J. G. El Autismo: Historia Y Clasificaciones. **Salud Mental**, v. 35, n. 3, p. 257-61, junio 2012.

PAIVA JR, Francisco. IBGE incluiu pergunta sobre autismo no questionário do Censo 2022**. Canal Autismo**, 31 jan. 2022. Disponível em: https://www.canalautismo.com.br/noticia/ibge-incluiu-pergunta-sobre-autismo-no-questionario-do-censo-2022/. Acesso em: 27 abr. 2022.

PÓVOAS, J. M. T. **Breve histórico sobre o autismo infantil**. [S. l.]: CIS, 2022. Disponível em: https://cisescolar.com.br/artigos/breve-historico-sobre-o-autismo-infantil/. Acesso em: 01 abr. 22

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

SANTOS, Cristiane Fontes; SANTOS, Herica Carmen dos; SANTANA, Maria Jussara. **O processo de aprendizagem de crianças autistas**. [*S. l.: s. n.*], 2012. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc12-3.pdf. Acesso em: 20 jun. 22

SILVA, E. Reflexões sobre a atualidade do marxismo na pesquisa: enfoque no método dialético. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 29, n. 3, 2020. https://doi.org/10.18224/frag.v29i3.7242

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. O Direito à educação básica nas declarações sobre educação para todos de Jomtien, Dakar e Incheon. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 668-681, maio/ago. 2018.